



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639912 - RJ (2021/0012036-6)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDUARDO JANUÁRIO NEWTON - SP259627
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : PATRICK FONSECA DE SENA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Cautelar inominada n. 0080591-46.2020.8.19.0000).

O paciente foi preso preventivamente como incurso nos arts. 157, § 2º, inciso II e § 2º-A, I, do Código Penal; e art. 35 da Lei 11.343/2006.

O impetrante insurge-se contra a atribuição de efeito suspensivo a recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a decisão prolatada pelo Juízo da Central de Custódia, que concedeu a prisão domiciliar ao ora paciente.

Afirma que a referida atribuição do duplo efeito ao recurso culminou na prisão preventiva do acusado de forma ilegal. Isso porque, o recurso em sentido estrito interposto pelo *parquet* não era cabível à hipótese analisada. Acrescenta que a decisão proferida pela autoridade coatora ofende ao disposto no enunciado n. 604 da Súmula do STJ.

Requer, liminarmente e no mérito, a cassação da decisão proferida pela autoridade coatora, e, via de consequência, o restabelecimento da prisão domiciliar ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do writ originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3.

A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto, ao decretar a prisão preventiva do paciente, o magistrado singular consignou que (e-STJ fls. 23/24):

In casu, ao requerido foi imputada a grave prática do crime de roubo duplamente majorado pelo concurso de agentes e emprego de arma de fogo, bem como associação para o tráfico de drogas e, consoante se extrai da FAC de fls. 66/72, ele ostenta, ainda, uma condenação definitiva a ser considerada como reincidência, o que por si só justificaria a inadequação da medida adotada.

Mas não é só.

Certamente não se pode ignorar a gravidade concreta da conduta, pois, além do fato de ter subjugado trabalhadores no pleno exercício de sua profissão mediante uso de arma de fogo na companhia de outro agente, o que igualmente merece especial proteção, como cediço, o roubo de carga vem crescendo assustadoramente no nosso Estado, com consequências que transcendem a pessoa do lesado. Os preços das mercadorias são afetados, assim como os preços dos transportes e dos seguros. E os efeitos econômicos negativos dessa conduta são repassados para a população, já tão aviltada com o alto custo de vida e crescente taxa de desemprego.

De outro giro, igualmente necessário destacar que as condições de saúde do réu, a bem da verdade, não lhe conferem o direito ao recolhimento domiciliar, com base no artigo 318, inciso II, do Código de Processo Penal, eis que não há nos autos comprovação médica de que o uso de uma bolsa de colostomia implica, necessariamente, “comorbidade preexistente apta a conduzir ao agravamento do estado geral de saúde do acusado”, como afirma a decisão atacada.

Vale ressaltar que, como bem observou o Parquet, em entrevista realizada na audiência de custódia, o próprio réu declarou não ser portador de quaisquer doenças preexistentes.

Ademais, não há óbice algum a que realize eventual tratamento nas unidades prisionais administradas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, que deve prestar assistência à saúde dos seus custodiados.

Nessa esteira, a adoção prematura de medidas cautelares diversas da prisão, em especial a prisão domiciliar, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, revelam-se insuficientes aos escopos do processo.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência